

**UMA DISPUTA IDEOLÓGICA
TRANSPOSTA PARA INTERPRETAÇÕES:
A VISÃO MARXISTA E A VISÃO LIBERAL
SOBRE O CONCEITO DE FASCISMO**

SERGIO SCHARGEL* 
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão teórica para compreender o fascismo, a partir de um diálogo entre as correntes marxista e liberal, entendendo como a manifestação simultânea de quatro outros conceitos, a saber: reacionarismo; populismo; autoritarismo e nacionalismo. Por fim, privilegia-se a análise do cientista político estadunidense Robert Paxton, trabalhando uma noção do fascismo como processo inerente à política de massas contemporânea, uma versão degenerada da democracia de massas. Dessa forma, a partir dessa análise, será possível elucidar algumas de suas principais características e utilizar a chave explicativa de Paxton como forma para apreender fascismos contemporâneos.

Palavras-chave: Fascismo; marxismo; Robert Paxton.

ABSTRACT

This article proposes a theoretic discussion to understand fascism, based on a dialogue between Marxist and liberal interpretations and understanding it as the simultaneous manifestation of four other concepts, namely reactionarism, populism, authoritarianism and nationalism. Finally, the analysis of Robert Paxton is taken as theoretical framework, working on a notion of fascism as a process inherent to contemporary mass politics, a degenerated version of mass democracy. Thus, from this analysis, it will be possible to elucidate some of its main characteristics and use Paxton's explanatory key as a way to apprehend contemporary fascisms.

Keywords: Fascism; Marxism; Robert Paxton.

RESUMEN

Este artículo propone una discusión teórica para comprender el fascismo, a partir de un diálogo entre las corrientes marxista y liberal y entendiéndolo como la manifestación simultánea de otros cuatro conceptos, a saber, el reaccionario, el populismo, el autoritarismo y el nacionalismo. Finalmente, se privilegia el análisis del politólogo estadounidense Robert Paxton, que trabaja sobre una noción del fascismo como un proceso inherente a la política de masas contemporánea, una versión degenerada de la democracia de masas. Así, a partir de este análisis, será posible dilucidar algunas de sus principales características y utilizar la clave explicativa de Paxton como forma de aprehensión de los fascismos contemporáneos.

Palabras-clave: Fascismo; marxismo; Robert Paxton.

*Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atual bolsista da CAPES, ex-bolsista do CNPq. Email: sergioschargel_maia@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

“Esquecem isso sempre / Também os ingleses têm o seu fascismo” (BERNHARD¹).

É preciso começar este trabalho com uma questão incômoda, mas de necessária delimitação: o que é fascismo? Incômoda, porque ainda hoje, transcorrido mais de um século do seu surgimento, pesquisadores continuam divergindo quanto à interpretação do conceito. A interpretação marxista do fascismo, por exemplo, distingue-se completamente da interpretação liberal. Não ajuda que o conceito tenha sido apropriado como grito de guerra político. Dessa questão decorre o problema de pesquisa: considerando que movimentos de massa contemporâneos recebem com frequência o epíteto de fascistas, o fascismo morreu em 1945 ou é possível que reapareça atualmente? Este trabalho tratará inicialmente da primeira pergunta, para tentar, por fim, responder o problema.

Antes de tudo é importante sempre recordar que conceitos são polissêmicos. Não há interpretação unívoca do fascismo e não é objetivo deste trabalho cravar um caminho unilateral para um fenômeno complexo que levanta extensivos debates há um século. Seria pretensioso. Tampouco é objetivo incorrer à repetida noção de “fascismo mínimo”, isto é, se apoiar na tentativa de definir uma noção básica de fascismo sem a qual ele não pode existir. Tal tarefa é complexa porque implica em petrificar um conceito que está em constante evolução e que adquire novas características conforme suas manifestações, como bem aponta Umberto Eco². O objetivo é entender o que é fascismo, suas principais correntes de interpretação, suas principais características – sem descartar que podem existir outras, ou que podem existir fascismos sem algumas dessas – e a seguir perceber suas reconstruções com particular atenção para o plano discursivo.

2. FASCISMOS

Muito se tem debatido na ciência política, e nas ciências humanas em geral, sobre a recessão democrática mundial. A atenção é tanta, que dois livros com praticamente o mesmo título e ideias foram lançados com um espaço de pouco mais de seis meses: *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman³; e *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt⁴. Tanto o livro de Runciman quanto o de Levitsky e Ziblatt defendem a mesma ideia: a democracia está sendo destruída gradualmente por governos populistas, para não dizer

1 BERNHARD, T. *Praça dos heróis*. São Paulo: Editora Temporal, 2020. p. 105.

2 ECO, U. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018. p. 43.

3 RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

4 LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

fascistas. Se antigamente a morte da democracia se dava através de uma ruptura violenta, e era visível quando chegava ao fim, agora ela é lentamente devorada, de dentro para fora, por meio dela própria. Como uma cobra devorando seu próprio rabo, os antidemocráticos se utilizam das instituições democráticas para corroê-las. O tom, via de regra, é apocalíptico. Se ainda é cedo para afirmar que suas projeções pessimistas erraram, e tampouco não é possível negar o perigo que os nacionalismos autoritários ressurgentes oferecem às democracias ao redor do mundo, talvez seja precipitado tomar esse pessimismo por Cassandra. Quiçá faça mais sentido pensar nessa recessão democrática mundial não como o fim inevitável das democracias liberais, mas como o que David Runciman chamou de uma crise de meia-idade.

Esse processo trouxe de volta consigo a discussão sobre o fascismo. Nesse sentido, há uma cisão entre pesquisadores e o que se pode pensar como um fascismo hermético e um fascismo maleável. O primeiro grupo defende que o conceito de fascismo deve ser limitado à sua versão histórica, não sendo possível deslocá-lo para compreender fenômenos contemporâneos. Para eles, o conceito é determinado pela manifestação original. Em outras palavras, como qualquer versão do fascismo que surja depois do italiano terá novas roupagens, nenhum deles pode ser considerado, de fato, como fascismo. Se muito, como mostra Renzo de Felice⁵, o fascismo seria limitado à Europa do início do século XX por particularidades do continente que não poderiam ser replicadas em outro contexto, como a formação tardia de Estados-nações, a decadência moral, a Primeira Guerra e a ameaça Bolchevista. Michael Mann⁶ corrobora essa afirmação ao defender que “o fascismo do entreguerras não é um fenômeno genérico, mas de um período específico da Europa. Seu legado sobrevive, hoje, sobretudo num tipo diferente de movimento social: os etnonacionalistas”. Lançando mão de um argumento que, no mínimo, ignora movimentos assumidamente inspirados no fascismo europeu ao redor do mundo no mesmo entreguerras, Mann entende que teriam “degenerado” para uma espécie de nacionalismo populista, embora o fascismo seja justamente um nacionalismo de massas⁷.

Robert Paxton⁸ mostra a grande deficiência desse argumento: supondo que realmente assim o seja, então o mesmo se aplicaria a todos os demais conceitos políticos. Em suma, esse argumento elimina a polissemia conceitual e ignora as formas com que conceitos políticos se reinventam. Em última análise seria necessário criar, *ad infinitum*, novos conceitos para

5 FELICE, R. de. *Explicar o fascismo*. Edições 70: Lisboa, 1976. p. 277-280.

6 MANN, M. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.495.

7 PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 53.

8 PAXTON, 2007, p. 46.

classificar cada novo movimento político. Seguindo essa corrente, o socialismo científico deveria ser limitado a Karl Marx, o conservadorismo moderno não encontraria outra versão além de Edmund Burke e qualquer movimento de retorno a um passado que não se pautasse pela religião, minimamente distinto do reacionarismo de Joseph de Maistre, não poderia ser entendido como tal. O que falar, então, da ideia de democracia e suas infinitas vertentes?

A crítica ao argumento de Felice é mais complexa, mas passa por motivos semelhantes. De fato, é possível que ideias como fascismo simplesmente não sejam aplicáveis da mesma forma no contexto da América Latina, por exemplo, porque as idiossincrasias da região são colossais. Porém, da mesma forma que ideologias como liberalismo e conservadorismo expressam suas próprias versões em outros espaços, possivelmente o mesmo pode acontecer com o fascismo. Rafael Mesquita, em seu artigo sobre desenho de pesquisa, reforça esse argumento ao afirmar que esse exercício de deslocamento é possível, desde que variáveis relevantes sejam consideradas:

As categorias mobilizadas para propor uma lei, observadas em determinado contexto, não são automaticamente trasladáveis a outros cenários. Subjaz essa previsão uma crença que sistemas sociais são diversos entre si ao ponto que, ainda que se dê um único nome a certo fenômeno de interesse (e.g.: “protesto”, “democracia”), sua materialização em ambientes distintos mobilizará tantas idiossincrasias locais que o conceito já não servirá para descrever a mesma coisa. Com respeito a essa querela, Przeworski e Teune (1970) assumem a posição que a pesquisa comparada pode sim produzir afirmações nomotéticas. Em outras palavras, ao invés de se contentar em afirmar que certos fenômenos se observam em sistemas específicos, isto é, utilizar os nomes próprios dos sistemas (ex.: democracia na Índia, Canadá, Nigéria, etc.) como previsores, é possível substituir esses nomes por variáveis mensuráveis. Buscar a generalização não é prescindir da história em prol do abstrato. Antes, enunciados historicamente situados são potencialmente generalizáveis, pois encerram sob nomes próprios (ex.: “Alemanha no entreguerras”, “África nos anos 1960”, etc.) um conjunto de fatores causais latentes. Esses podem ser transportados de um contexto a outro de modo a se alcançar uma teoria mais geral, restando os fatores únicos e irreplicáveis como um “resíduo” da explicação teórica. Por isso, Przeworski e Teune defendem que o elo entre observações históricas e teorias gerais está na substituição dos nomes próprios por variáveis relevantes (quando se acredita que dada classe de eventos sociais pode ser expandida para além de um sistema específico), e que este é o fim da pesquisa comparada⁹.

Conforme aponta Hans Blumenberg¹⁰, é necessário que um conceito possua: “indeterminação suficiente para ainda poder apreender tais experiências futuras, de modo que eventos correspondentes e adequados também possam ser relacionados a elas, ainda que no detalhe da concreção plena haja divergências quanto às experiências passadas”. Em outras palavras, é impossível interpretar um conceito de forma hermética sem limitá-lo unilateralmente, mesmo porque os conceitos reconstróem-se dentro de si. Afinal, não foi o Fascismo de Mussolini em 1920, distinto do Fascismo em 1940? Dessa forma, é inevitável que quanto mais se amplie um

9 MESQUITA, R. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em ciência política e relações internacionais: uma introdução didática. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 26, n. 2, 2017. p. 198.

10 BLUMENBERG, H. Teoria da não-conceitualidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 47.

conceito, de modo a abranger outros movimentos além de sua manifestação inicial, ele adquira nuances exponencialmente¹¹. Entretanto, são os pontos de interseção, quando consideráveis, que permitem utilizá-los como método para compreender esses movimentos. Isso não impede, portanto, que correntes específicas de interpretação sejam tomadas, o que, na prática, possibilita o trabalho com esses conceitos. Em outras palavras, há de se ter zelo para que o conceito não se torne aberto ou fechado em excesso. É evidente que semelhantes absolutos do fascismo histórico jamais aparecerão, da mesma forma que semelhantes absolutos do nazismo, do comunismo vietnamita ou do varguismo jamais aparecerão.

Considerando o fascismo como um conceito genérico e, portanto, passível de ser deslocado para outros contextos, este trabalho realizará uma hermenêutica do fascismo, tratando de algumas de suas principais correntes. Para isso, a corrente marxista e liberal serão postas em diálogo com uma base teórica sobre “fascismo flexível”, do qual *Anatomia do fascismo*, de Robert Paxton, é o maior exemplo, e por meio disso será possível perceber consensos e dissensos entre essas produções teóricas. Não se trata, porém, de um mero exercício de rotulação, mas de um estudo teórico e comparado com atenção especial ao plano discursivo. No âmbito social, trabalhar a reconstrução do fascismo permite ajudar no processo de resgatar o conceito de sua má utilização, por grupos que o vislumbram de forma excessiva e por grupos que não o enxergam em nada. A devida teorização torna possível o deslocar de ambas as visões problemáticas e aprofundar o debate em um conceito que foi deturpado de forma excessiva desde praticamente o seu surgimento, quando stalinistas passaram a chamar sociais-democratas de sociais-fascistas¹².

Sem sucumbir à pretensão de revolucionar o estudo sobre o fascismo e defini-lo absolutamente, o que implicaria uma contradição ao próprio objetivo deste trabalho, o emprego de um método exploratório permitirá adicionar uma nova camada ao estado da arte, ajudando a reforçar a utilização apropriada do conceito — sem alargá-lo ou estreitá-lo em demasiado — e a enriquecer sua compreensão. Justifica-se assim, como se verá adiante, a definição concisa do conceito e sua diferenciação em relação a outros conceitos. Como Mesquita destaca:

Pode-se dizer que duas coisas serão comparáveis com respeito aos atributos que elas compartilham: se não compartilham nenhum, são incomparáveis, se todos, são a mesma coisa, e em ambos os casos a comparação é inútil. Para as situações entre esses extremos, ela é viável. Sartori (1991), contudo, alerta para o risco de o pesquisador, na busca por aumentar o número de casos sob análise, estique um conceito (“concept stretching”) ao ponto de esvaziá-lo de qualquer precisão semântica, tornando-o operacionalmente inválido¹³.

11 PAXTON, 2007, p. 46.

12 BRAY, M. *Antifa: o manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 74-75.

13 MESQUITA, 2017, p. 199.

Para atingir o objetivo, é imprescindível uma extensa bibliografia teórica acerca do conceito de fascismo e sua relação com os objetos. Por se tratar de um conceito polissêmico e extensivamente estudado, é obviamente impossível tratar todas as variáveis possíveis e correntes existentes de interpretação. Assim sendo, este trabalho beberá principalmente da interpretação do já mencionado Robert Paxton¹⁴ em *Anatomia do fascismo*, que o entende, em resumo, como sendo um movimento autoritário, nacionalista e reacionário, de base de massas, pautado por uma retórica de retorno a um passado inexistente, que se coloca impreterivelmente contra um inimigo objetivo desumanizado, encarnado como epítome em um messias com poderes sobre-humanos, pautado em um conspiracionismo paranoico. Importante notar que para autores como Rob Riemen¹⁵, as pautas e orientações econômicas do fascismo italiano não são essenciais para entender o fascismo, considerando que um fascismo pode ter caráter liberal, protecionista, ou pautado em qualquer outra ideologia econômica.

Com cem anos de história, o fascismo é analisado sob uma ampla gama de visões, das quais vale destacar a marxista, que defende que o fascismo é a expressão mais intensa da luta de classes¹⁶, inicialmente tomada como o último suspiro de um capitalismo moribundo, posteriormente como paroxismo da burguesia¹⁷; a liberal, que enxerga no fascismo um sinônimo distorcido do comunismo; a do fascismo hermético, que compreende que movimentos contemporâneos, por mais próximos que sejam não podem ser chamados de fascistas¹⁸; a “filosófica”, que defende que o fascismo é efeito da decadência moral¹⁹; a “técnica”, que acredita que o fascismo é consequência inevitável de sociedades não desenvolvidas e/ou em crise econômica²⁰; e, por fim, uma interpretação etapista ou elástica, que compreende que qualquer conceito político é maleável, da qual Paxton se destaca. Nesse ponto, obras como

14 2007.

15 RIEMEN, R. *O eterno retorno do fascismo*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

16 Interpretação definida na III Internacional: FELICE, 1976, p. 70.

17 FELICE, 1976, p. 15.

18 Da qual o livro *Fascistas!*, de Michael Mann, é um bom exemplo. Cf. MANN, 2008.

19 Literatos do cânone europeu pós-guerra trabalharam bastante com essa interpretação, dos quais vale destacar Thomas Mann e Albert Camus (RIEMEN, 2012, p. 12-13, 77-78). Benedetto Croce também corroborou com essa interpretação, ao afirmar o Fascismo como parêntese na História italiana: “não foi pensado, nem querido, nem apoiado por nenhuma classe social em particular. [...] foi uma perda de consciência, uma depressão cívica e uma embriaguez produzidas pela guerra” (CROCE *apud* FELICE, 1976, p. 35). As interpretações de Mann e Croce são elitistas: ambos defendem que o nazifascismo foi um acidente histórico porque as massas obtiveram poder e que, para restaurar a normalidade, é preciso que ele seja deslocado para as elites intelectuais (PAXTON, 2007, p. 21). Fresu mostra que, na verdade, o fascismo tem “origem nos limites do processo de unificação nacional, o chamado Risorgimento, na debilidade das suas classes dirigentes, na utilização permanente do transformismo como meio de consolidação do poder” (FRESU, G. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. p. 37).

20 Interpretação tomada por Robert Dahl em *Poliarquia*, por exemplo. DHAL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 17.

Explicar o fascismo, de Renzo de Felice²¹; *Fascismo*, de Evgeni Pachukanis²²; além dos já mencionados *Fascistas*, de Michael Mann e *Anatomia do fascismo*, fornecem um panorama complexo sobre algumas dessas principais correntes interpretativas²³.

A cisão entre pensadores como Paxton e Mann, entre fascismo maleável e fascismo hermético, pode ser resumida em uma oposição binária: para o primeiro, o fascismo surge de início como um agregado de características amalgamadas em um movimento; enquanto o segundo acredita que o movimento veio primeiro, o conceito depois. Essa interpretação de Paxton é retomada por autores como Mark Bray²⁴, que afirma que “há indícios históricos suficientes para afirmar que o fascismo é sempre uma virtualidade presente em qualquer Estado moderno”, e Rob Riemen²⁵ que interpreta o fascismo como o “filho bárbaro da democracia de massas”.

3. DUAS DAS PRINCIPAIS CORRENTES

Thomas Bernhard, em sua peça *Praça dos heróis*, defronta o leitor/espectador logo ao início com um suicídio. O professor Josef Schuster se jogou da janela de seu apartamento em Viena, de frente para a Praça dos Heróis, local onde Hitler anunciou a anexação da Áustria em 1938. O professor, sua esposa e seu irmão, judeus, refugiaram-se na Inglaterra durante a guerra e receberam cátedras em Oxford e Cambridge. Ambos retornam por convite do prefeito de Viena, mas se arrependem: “ele não contava com isso / que os austríacos depois da guerra / seriam muito mais hostis e muito mais antissemitas”²⁶. Para Josef Schuster, a Áustria de 1988 era ainda mais insuportável do que a Áustria de 1938, simplesmente porque não havia aprendido com a violência do passado. Ao contrário, negava-os e, a despeito do antissemitismo e resquícios nazistas no país — como o próprio presidente à época, ex-membro da Schutzstaffel (SS) — a Áustria procurava colocar-se como vítima, e não perpetradora, do nazismo. A lógica de *Praça dos heróis* é clara: através de uma estética pautada no exagero, critica essa política de esquecimento, um revisionismo que não apenas isenta uma nação inteira, mas, tanto pior, defende que o fascismo não pode reaparecer em trajes contemporâneos.

21 FELICE, 1976.

22 PACHUKANIS, E. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

23 MANN, 2008.

24 BRAY, 2019, p. 16.

25 RIEMEN, R. Fascism is once more at our doors, and we still refuse to see and treat it by its name: an interview with Cultural Philosopher Rob Riemen. Entrevista concedida a Sergio Schargel. *Revista Cantareira*, n. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40711>. Tradução nossa.

26 BERNHARD, T. *Praça dos heróis*. São Paulo: Editora Temporal, 2020. p. 126.

Existem diversas interpretações do fascismo, muitas das quais contraditórias entre si. Por questão de espaço, aqui serão tratadas apenas algumas das principais, duas intrinsecamente ligadas às ideologias políticas clássicas: a interpretação socialista/marxista e a interpretação liberal. Evidente que, como essas próprias ideologias são polissêmicas, essas interpretações também variam internamente. A interpretação de Antônio Gramsci difere da de Pachukanis, por exemplo. Ainda assim, é possível traçar alguns dos principais pontos delas. Embora bastante distintas, a interpretação marxista e a interpretação liberal se aproximam pela simplicidade com que tratam o fascismo e por o utilizarem como método para criticar uma a outra.

A Terceira Internacional Comunista foi marcada pelo problema do fascismo. Era necessário buscar uma explicação para aquele fenômeno de massas, sem precedentes, um movimento que, como Sorel²⁷ havia profetizado 15 anos antes, havia surgido “como ideal uma volta ao passado, ou até mesmo a conservação social”. Em suma, um movimento reacionário de massas, o oposto do que o marxismo, com sua visão teleológica da história pregava. O fascismo é um fenômeno político complexo e, dada a proximidade do objeto e a incapacidade de entendê-lo sem que se ferissem alguns dos princípios mais básicos do marxismo, os socialistas e comunistas incorreram a uma simplificação: interpretaram o fascismo como uma espécie de liberalismo extremado, ignorando, no processo, que o fascismo era abertamente antiliberal^{28,29}. Não que fosse anticapitalista, mas, por seu nacionalismo e antielitismo de massas, interpretava as elites liberais como corruptas e fracas, incapazes de frear o cosmopolitismo e liderar a nação.

Para não ferir um dos preceitos mais básicos do profeta — a revolução comunista como inevitabilidade histórica —, os marxistas malearam o conceito de fascismo conforme a conveniência. De acordo com a Terceira Internacional, ficou-se majoritariamente acordado que o fascismo não seria além de um mecanismo de defesa de um capitalismo moribundo, isto é, o capitalismo, tal qual um animal que se debate antes de morrer, mostraria suas garras e seu lado mais violento. A burguesia, em desespero com a iminência de uma revolução, se tornaria fascista: “o Estado fascista é o mesmo Estado do grande capital, como são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, e, nesse sentido, Mussolini cumpre a mesma tarefa que estão cumprindo

27 SOREL, G. *Reflections on violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 79-80.

28 FELICE, 1976, p. 70.

29 Um argumento que encontra eco no contemporâneo, conforme um ensaio de Nancy Fraser evidência (GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 77). Fraser assume praticamente uma versão de esquerda do discurso de “uma escolha muito difícil”, ao colocar o que ela denomina de neoliberalismo progressista no mesmo balaio de um populismo reacionário. Em outras palavras, que no contemporâneo pouca diferença haveria entre os democratas e as alas mais reacionárias do Grand Old Party (GOP). Uma superficialidade que, em última instância, mergulha na própria antipolítica característica do populismo que ela própria busca criticar, ao simplificar a política como indiferente.

[Raymond] Poincaré, [Stanley] Baldwin e [Calvin] Coolidge³⁰. Ou seja, o fenômeno seria o paroxismo da luta de classes. Nesse sentido, liberais e fascistas não se diferem muito entre si — o segundo uma espécie de radicalização do primeiro³¹.

Embora aspectos dessa interpretação não sejam absurdos — de fato o fascismo surge de uma crise — ela é falha por interpretar o conceito em sua polissemia. Entretanto, a despeito da evidência histórica de que o capitalismo não morreu, e que a visão teleológica da História, ao menos até o presente momento, não se sustentou, o fascismo, além de surgir de uma crise, aparenta ser intrinsecamente ligado à democracia liberal. De Mussolini a Bolsonaro, líderes comumente interpretados como fascistas chegaram ao poder através de meios democráticos e populares. Sem dúvida se trata de um fenômeno autoritário, mas, distinto de um autoritarismo tradicional que surge de uma ruptura, o fascismo rói a democracia por dentro, utilizando das instituições para destruí-las. Há, portanto, uma ligação estreita entre fascismo e democracia liberal. O problema é interpretá-los como sinônimos. Não é que o fascismo seja liberal ou, muito menos, democrático. O fascismo está mais para uma espécie de *doppelgänger* da democracia liberal, o seu negativo, o seu duplo, uma potencialidade sempre presente de degeneração. Ele engole alguns dos pilares mais básicos da democracia liberal, como liberdade de expressão e consenso sobreposto³², para regurgitar formatos distorcidos.

Outro problema da interpretação marxista é que ela não se sustenta quando se percebe que o fascismo não foi um movimento burguês, tal qual a Revolução Francesa ou a Industrial. Na prática, sendo um movimento de massas, angariou apoio de todos os setores sociais, de proletários a grandes empresários, inclusive de minorias que eram demonizadas pelo próprio movimento³³: “o fascismo depende tanto dos ricos e poderosos como do homem ou da mulher

30 PACHUKANIS, 2020, p. 26, grifos do autor.

31 PACHUKANIS, 2020, p. 11.

32 Na concepção de John Rawls, o consenso sobreposto consiste na formulação de uma instância de tolerância mútua que torna democracias/poliarquias possíveis. Tolerância acerca de direitos básicos, por exemplo, como o direito à liberdade de expressão, de associação ou de crença. Tolerância mútua também acerca da própria democracia, entendimento de que para uma democracia funcionar é necessário que os agentes políticos respeitem direitos de seus oponentes, ainda que discordem de suas crenças. Cf. RAWLS, J. O liberalismo político. São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 26

33 Esse é um ponto em particular que merece uma análise mais aprofundada, tanto qualitativa quanto quantitativa. Existe uma lacuna de pesquisas que buscam explicar o apoio de oprimidos por seus opressores; o que chega mais próximo são as pesquisas de Adorno *et al.* sobre a personalidade autoritária. É possível pensar em hipóteses como o fator classe, a identidade com o grupo oprimido ser secundária para esses indivíduos, entre outras. Chegou-se a um ponto que alguns partidos europeus, segundo Riemen (2012, p. 51) utilizam o judaísmo como espantalho para rechaçarem a imagem de fascistas, afirmando não serem contra os judeus, como se o fascismo fosse necessariamente antisemita. Um aspecto que ignora que no fascismo em si, o antissemitismo até a Segunda Guerra era secundário. Existiam alguns traços pontuais (bem como também existem mesmo nesses líderes contemporâneos europeus com traços fascistas que se afirmam a favor da comunidade judaica), mas não era o foco. Tanto que quase não há menção à comunidade judaica nos materiais iniciais de Mussolini. O movimento italiano foi, inclusive, apoiado por parcelas da comunidade, em especial a alta burguesia judaica, como Ettore Ovazza, presidente da comunidade judaica de Turim (RIEMEN, 2012, p. 52). De acordo com dados disponibilizados por Paxton (2007, p. 24) um em cada três judeus italianos eram membros do Partigo Nacional Fascista (PNF) em 1938, às vésperas da Guerra. Membros do alto escalão fascista eram judeus, assim como a

da esquina — dos que têm muito a perder e dos que não têm nada”³⁴. Houve, em geral, entre a alta burguesia e os fascistas, uma associação desconfortável baseada em objetivos comuns e não uma associação orgânica. Para a alta burguesia, assim como para conservadores e liberais, o fascismo era uma alternativa melhor do que a esquerda. Mas estava longe de ser a preferência. Também oferecia perigos à estabilidade do mercado, com a impulsividade do Messias e circulação de elites³⁵.

Mas o maior defeito da interpretação marxista foi ter inaugurado um processo de alargamento que acabou por deturpar o conceito e transformá-lo em xingamento, em sinônimo para troglodita, como percebeu George Orwell³⁶ ainda em 1944. Em um processo que se inicia com Stálin e é corroborado por Pachukanis, os sociais-democratas alemães recebem o epíteto de sociais-fascistas; que encontra eco nas teorias de Amadeo Bordiga de “fascismos intermediários”, um rótulo homogeneizante para descaracterizar democratas, republicanos e socialistas. No ensaio *Como os sociais-fascistas falsificaram os soviets na Alemanha*, Pachukanis³⁷, em tom panfletário e raivoso, atribui aos sociais-democratas nomenclaturas como, para além de sociais-fascistas, “sociais-traidores” ou “sociais-chauvinistas”. Para Pachukanis³⁸, seguindo a interpretação do fascismo como última etapa de um capitalismo prestes a morrer, a social-democracia seria o mecanismo de defesa que permitiria que o capitalismo se sustentasse e, no processo, abriria os caminhos ao fascismo. Os sociais-fascistas seriam, portanto, o prenúncio da violência fascista. É possível pensar nessa banalização como o gênese do que Orwell³⁹ chamaria

amante de Mussolini. Conforme a Itália passa a depender do apoio do nazismo, os judeus, inclusive dentro do próprio partido, passam a ser perseguidos. Quando o nazismo estava em seu início, porém, o *Duce* expressava profundo desprezo sobre Hitler (enquanto esse segundo, por sua vez, admirava Mussolini a ponto de ter um quadro seu em sua sala), chegando a declarar que “o fascismo é um regime enraizado nas grandes tradições culturais do povo italiano! O nacional-socialismo é uma autêntica barbárie” e “Hitler é um idiota, um fanático. Quando já nada restar dele, os Judeus continuarão a ser um grande povo. Nós, italianos e Judeus, somos historicamente grandes povos. Herr Hitler é uma anedota” (*apud* RIEMEN, 2012, p. 53).

34 ALBRIGHT, M. *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Planeta, 2018. p. 16.

35 Conceito criado pelo teórico fascista Vilfredo Pareto (PARETO, V. *Manual of political economy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 64) e corroborado por outros teóricos da teoria das elites como Gaetano Mosca. De acordo com Mosca (CRUZ, M. B. da. *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004., p. 405), todas as sociedades humanas são caracterizadas por uma divisão binária simples entre governantes, uma elite, e governados, a ralé. A segunda deixa-se dominar pela primeira, por impotência ou por vontade própria, e é sempre mais numerosa. Para Pareto (2014, p. 64), porém, as elites não são formações estáticas, mas, ao contrário, encontram-se em permanente mutação ou, melhor dizendo, circulação. Extratos inferiores são catapultados à elite de acordo com seus méritos, enquanto traços decadentes da elite são descartados. Defato, o fascismo em certa medida promoveu uma circulação de elites: parcelas de grupos dominantes que pertenciam às minorias étnicas, especialmente aos judeus na Alemanha, foram rapidamente demovidos de suas posições; enquanto membros de setores sociais mais baixos, especialmente a baixa classe média, cresceram em poder e influência. Mussolini e Hitler, veteranos de baixa patente de guerra e arrivistas, são dois dos maiores exemplos dessa súbita promoção de poder. Uma característica do populismo — a qual o fascismo, sendo um fenômeno populista, absorve — é o discurso antielite, a ideia de que a nação foi tomada por uma elite corrupta e apática.

36 ORWELL, G. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 89.

37 PACHUKANIS, 2020, p. 98.

38 PACHUKANIS, 2020, p. 99.

39 ORWELL, 2017, p. 88-89.

a atenção, alguns anos mais tarde da publicação do ensaio de Pachukanis, do fascismo como xingamento, como grito de guerra político. Como o escritor inglês mostrou, não há grupo, de socialistas a conservadores, de belicistas a pacifistas, de nacionalistas a cosmopolitas, que não tenha sido, em algum momento, acusado de fascismo.

Mas ainda mais problemática e simplista é a interpretação liberal. Se grande parte da interpretação marxista não apenas não sobreviveu ao teste da História, como acabou por ser apagada — embora parte da esquerda insista no fascismo como ditadura do grande capital — a interpretação liberal perdura. Como foi dito na crítica à interpretação marxista, o fascismo, para os liberais, não era mais do que uma alternativa menos problemática do que a esquerda. Embora os marxistas insistissem em tomar liberalismo e fascismo como sinônimos, na prática esses e os conservadores entenderam que havia uma escolha muito difícil, e que, ante a possibilidade de crescimento dos socialistas ou comunistas, o fascismo seria um mal menor⁴⁰. Isso porque o fascismo, embora antiliberal, nunca fora anticapitalista:

Alguns, tomando literalmente as palavras, consideram o fascismo uma forma radical de anticapitalismo. Outros, e não apenas os marxistas, adotam a posição diametralmente oposta, de que os fascistas vieram em socorro do capitalismo em apuros, dando sustentação, por meio de medidas emergenciais, ao sistema vigente de distribuição da propriedade e de hierarquia social [...] mesmo em sua forma mais radical, contudo, a retórica anticapitalista do fascismo era seletiva. Ao mesmo tempo em que denunciavam as finanças especulativas internacionais (juntamente com todas as outras formas de internacionalismo, cosmopolitismo ou de globalização), respeitaram as propriedades dos produtores nacionais, que deveriam vir a se constituir na base social de uma nação revigorada. Suas denúncias contra a burguesia, contudo, referiam-se a ser débil e individualista demais para fortalecer a nação, e não a roubar a classe trabalhadora do valor agregado por seu trabalho. O que o fascismo criticava no capitalismo não era sua exploração, mas seu materialismo, sua indiferença para com a nação e sua incapacidade de incitar as almas. Em um nível mais profundo, eles rejeitavam a ideia de que as forças econômicas são o motor básico da história. Para os fascistas, o capitalismo falho do período do entreguerras não necessitava ser reordenado em seus fundamentos. Suas mazelas poderiam ser curadas pela simples aplicação de vontade política para a criação de pleno emprego e produtividade. Uma vez no poder, os regimes fascistas confiscaram propriedade apenas de seus opositores políticos, dos estrangeiros e dos judeus. Nenhum deles alterou a hierarquia social, exceto para catapultar alguns aventureiros a posições de destaque⁴¹.

O fascismo, porém, passava longe do ideal de liberdade de mercado desejada pelos liberais. Dessa forma, adotou-se uma ferramenta simples e prática de interpretação: tudo que é ameaçador à estabilidade do mercado deve ser interpretado como do mesmo balaio. Daí decorre a teoria da ferradura, que defende que o fascismo e o comunismo seriam braços de um mesmo autoritarismo ou totalitarismo, extremos que, como o formato de uma ferradura, se aproximam, ao passo que o liberalismo responde pelo centro democrático e moderado⁴².

40 PAXTON, 2007, p. 239.

41 PAXTON, 2007, p. 26-28.

42 É curioso pensar como a estratégia retórica se repete entre as ideologias: marxistas colocam fascistas e liberais como sinônimos; liberais

Mas o que se entende por liberalismo é, como qualquer outro conceito político, polissêmico em si próprio. É evidente que, para ser possível tratar do tópico, é aqui empregada uma generalização, da mesma forma com o marxismo, pegando alguns dos pontos mais presentes nas interpretações liberais. A corrente libertária, por exemplo, formada pela Escola Austríaca e Escola de Chicago, em particular Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, difere-se do liberalismo clássico por uma visão mais agressiva da noção de liberdade, em alguns aspectos tratando-a por ideal absoluto. Isso a afasta, por exemplo, de um teórico liberal clássico como John Stuart Mill⁴³, que entende que para a liberdade existir de fato é necessário que ela não seja absoluta e que existam limites. A corrente libertária totaliza a ideia de liberdade, e crê que o Estado deve ser limitado ao mínimo possível — ou, no caso de anarcocapitalistas, até inexistente. Nessa visão, todos os três pensadores citados desenvolveram ideias que relacionam o comunismo ao fascismo, com Hayek, em particular, afirmando que planejamento e intervenção econômica acabam por inevitavelmente degenerar para o fascismo ou comunismo, já que essa intervenção, em última instância, dependeria de coerção física para se sustentar⁴⁴.

Mas a visão libertária não difere muito das interpretações das outras correntes do liberalismo. O próprio Pachukanis⁴⁵ chama a atenção em seu ensaio de 1926, *Para uma caracterização da ditadura fascista*, sobre o malabarismo de tomar socialismo e fascismo como sinônimos: “Nitti [ex-premiê da Itália] [...] vê também que o fascismo e o bolchevismo, como fenômenos, são correspondentes [...] Em seu ponto de vista, tanto o fascismo quanto o bolchevismo são enfermidades temporárias, que devem desaparecer progressivamente”. Em outra passagem, Pachukanis lembra as palavras de Robert Michels⁴⁶, quando esse afirma que o bolchevismo e o fascismo seriam gêmeos frutos da guerra.

Todavia, se grande parte da interpretação marxista foi diluída pelo tempo, não se pode dizer isso da interpretação liberal. Alguns atores mudaram, mas o grosso do argumento permaneceu. Para tal entra em cena um novo epíteto: populismo. Como mostram Guilherme Simões Reis⁴⁷ e Rob Riemen⁴⁸, o termo populismo se tornou ferramenta para desqualificar qualquer tentativa de questionar o liberalismo, seja à direita ou à esquerda. Reciclando a

colocam comunistas e fascistas como sinônimo; e os fascistas também enxergam comunismo e liberalismo como sinônimos.

43 MILL, J. S. *Sobre a liberdade: a sujeição das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

44 SUNSTEIN, C. (org.). *Can it happen here? Authoritarianism in America*. Harper Collins: New York, 2018. p. 36-38.

45 PACHUKANIS, 2020, p. 26.

46 PACHUKANIS, 2020, p. 51.

47 REIS, G. S. Pela democracia, precisamos jogar fora o termo ‘populismo’. *La Libertad de Pluma*. Disponível em: <http://lalibertaddepluma.org/guilherme-simoes-reis-por-la-democracia-necesitamos-echar-el-termino-populismo-a-la-basura/>. Acesso em: 19 set. 2020

48 RIEMEN, 2020.

mesma teoria da ferradura, que coloca o liberalismo como centro democrático e moderado, a única alternativa democrática possível, alguns intelectuais e a grande imprensa lançam o homogeneizante adesivo de populismo sobre grupos heterogêneos que vão de socialistas a fascistas, de conservadores a socialistas. Usado sem discriminação, populismo se torna rótulo a depender de quem o emissor do discurso deseja atacar. Ademais, é notável o excessivo receio por parte desses atores em trabalhar com a ideia de fascismo, criando um tabu em torno do conceito, como se o fascismo fosse uma excentricidade, uma raridade incapaz de reaparecer nas estáveis democracias liberais de 2021.

Livros como os de Letivsky e Ziblatt⁴⁹ e Runciman⁵⁰ são bons exemplos de um malabarismo para evitar o termo fascismo. Embora insistam que os “populistas autoritários” da contemporaneidade se utilizem da democracia para miná-la por dentro, tendem a ignorar que esse processo de capturar as instituições democráticas para utilizá-las contra a própria democracia não é novo. De uma forma ou de outra, autoritários do passado também se apoiaram na mesma estratégia. Hitler e Mussolini também ascenderam por meio de mecanismos legais de suas respectivas nações.

O conceito de populismo, por si próprio, é elitista. Passa de um pressuposto de que as classes com menos poder aquisitivo possuem menos discernimento político. Além do mais, é paradoxal exigir que o eleitor pobre vote sem considerar seus ganhos individuais ao mesmo tempo em que o mesmo não é demandado da classe média ou alta, de quem se espera pretensa objetividade. Mas, ao contrário do que Reis e Riemen propõem, talvez não seja necessário o completo descarte do conceito de populismo, mas, da mesma forma que o fascismo, uma compreensão e utilização sóbria. Algo feito por Ernesto Laclau⁵¹, em *On populist reason*. Laclau⁵² reafirma alguns dos problemas acerca do conceito levantado pelos outros pesquisadores mencionados e propõe que o conceito seja repensado através de uma nova ótica: como ferramenta política. Isto é, o populismo não seria um sistema político análogo, por exemplo, a sistemas clássicos como o socialismo e o liberalismo; mas um método de política que mescla base de massas com discurso antielite⁵³. Seria mais similar, portanto, ao autoritarismo ou à própria noção de democracia como método político, conforme Schumpeter⁵⁴

49 LEVITSKY, ZIBLATT, 2018.

50 RUNCIMAN, 2018.

51 LACLAU, E. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.

52 LACLAU, 2005, p. 03-10.

53 LACLAU, 2005, p. 04.

54 SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 291.

a entendeu. Assim, da mesma forma que o autoritarismo ou democracia podem ser socialistas ou conservadores, o mesmo ocorre com o populismo. Laclau⁵⁵ mostra o populismo como uma construção política, portanto, em maior ou menor grau, inevitável à política contemporânea. Um método que, conforme seu próprio nome evidencia, busca retomar para o povo um poder supostamente deturpado e degenerado por elites.

Ao deslocar o conceito para o campo de um método político e compreendê-lo como uma ferramenta inevitável à política de massas, Laclau realiza um ato catártico. Assim, permite retirar populismo da visão maniqueísta que o toma como um perigo à democracia; uma noção que, por si própria consiste de um paradoxo: se a essência do populismo consiste na população demandando mais democracia, então como pode ele ser antidemocrático? Decorre, portanto, a importância de se afastar do dualismo liberal de classificar tudo que desagrade o mercado como populismo. Pois, embora todo fascismo seja populista, eles são formas políticas essencialmente distintas e não apenas é necessário identificá-los corretamente, mas também perceber que o fascismo não apenas não morreu em 1945, como chamá-lo por outros nomes é conveniente: concede uma roupagem de moderação. Isso é algo que o próprio Laclau⁵⁶ percebeu, ao afirmar, ao final do livro, que “Só podemos começar a entender o fascismo se o virmos como uma das possibilidades internas inerentes às sociedades contemporâneas, não como algo além de qualquer explicação racional”.

4. UMA BREVE SÍNTESE À GUIA DE CONCLUSÃO

Logo no início de *Anatomia do fascismo*, Robert Paxton⁵⁷ aponta da necessidade de um conceito genérico como fascismo para englobar uma nova forma de política que surgiu na primeira metade do século XX, afastando, por consequência, a ideia de impossibilidade de classificação única devido às idiosincrasias de cada movimento. É imprescindível a existência de um termo genérico para denominar a “novidade política mais importante do século XX”⁵⁸, entendendo que o fascismo italiano deu origem a um movimento de massa de extrema-direita distinto de tudo o que havia se criado antes, fossem autoritarismos, bonapartismos, reacionarismos ou qualquer outra forma, ainda que também se cruzasse com esses movimentos anteriores. Em suma, o fascismo é um autoritarismo, bonapartismo e reacionarismo. Mas também é algo mais.

55 LACLAU, 2005, p. 04, 250.

56 LACLAU, 2005, p.250, tradução nossa.

57 PAXTON, 2007, p. 46.

58 PAXTON, 2007, p. 46.

E, tanto mais importante, essa criação não foi limitada a um período histórico, isto é, não morreu em 1945. O próprio fascismo italiano, porém, na prática não fez mais do que dar um rótulo para movimentos que já estavam em gestação por toda a Europa, e do qual o movimento nacionalista de D'Annunzio na Itália, alguns anos antes, pode ser apontado como embrião⁵⁹. Importante ressaltar que mesmo o nazismo, em geral majoritariamente interpretado como um fascismo radical, possuía notáveis pontos de dissenso de sua contraparte italiana, das quais o discurso de purificação racial é o maior exemplo.

Um ponto de destaque da conceitualização de Paxton é sua proposta de que o fascismo, independente de sua manifestação, obedeceria cinco estágios: 1) a criação dos movimentos; 2) enraizamento, quando um movimento se torna um partido e passa a ter influência; 3) a chegada ao poder; 4) o exercício do poder; e 5) entropia ou radicalização. De acordo com Paxton, o fascismo⁶⁰ italiano seria um exemplo de fascismo que caminhou à entropia, enquanto o Nazismo um exemplo de radicalização. O autor destaca que grande parte dos movimentos morre ainda no primeiro estágio, sem conseguir se tornar um partido.

Assim, visando diferenciar os conceitos, este trabalho toma como características mais presentes os seguintes traços do fascismo, compreendendo o fascismo como uma manifestação conjunta e simultânea de todos:

- I) Autoritarismo – Qualquer exemplo histórico ou contemporâneo aponta que não há fascismo que não seja antidemocrático em sua própria essência. O fascismo absorve o autoritarismo na unilateralidade e necessidade de um líder forte que não se dobra a ninguém.
- II) Nacionalismo – A ideia de Estado-nação está para o fascismo como a liberdade está para o liberalismo ou a igualdade para o socialismo.
- III) Reacionarismo – Tomando o reacionarismo como uma reação a uma suposta degenerescência. É imprescindível ao fascismo que se coloque como uma reação, mergulhado na melancolia de tomar o contexto político como degenerado, contando que apenas o messias poderá impedir essa decadência. Decorre, portanto, o discurso melancólico de retorno a um passado mítico, em geral inexistente, e o conspiracionismo paranoico de acreditar que o inimigo objetivo está destruindo a nação.

59 PAXTON, 2007, p. 47.

60 Neste trabalho são utilizados maiúsculas sobre Fascismo e Nazismo quando significarem as versões históricas do movimento e regime de Mussolini e Hitler, e minúsculas quando forem tomados como conceitos. Alterei todos os “fascismos” pra minúscula, bem como o nome de outros movimentos. Mas deixá-los em maiúscula havia sido uma escolha, uma forma de diferenciar o movimento/regime de Mussolini do conceito genérico que surge depois.

Somam-se ainda outros dois pontos-chave não necessariamente inclusos nesses conceitos anteriores: uma base de massas e um Messias. Embora evidentemente esses conceitos existam de forma independente, já que não necessariamente um nacionalismo ou um reacionarismo é fascista. Entende-se, portanto, a necessidade de diferenciá-los e de classificar as características principais do fascismo dentro dos demais conceitos.

Tabela 1 - Principais caminhos interpretativos do fascismo

Interpretação	Chave explicativa	Pontos fortes	Pontos fracos
<i>Marxista</i>	O fascismo surge como um processo de radicalização do liberalismo, o paroxismo da luta de classes impulsionado pela alta burguesia.	Percebe uma ligação entre a democracia liberal, crises e o fascismo.	Ignora que o fascismo é um movimento esférico: abrange todos os setores sociais, incorre a uma simplificação ao tomar fascismo e liberalismo como sinônimos, banaliza o conceito ao expandi-lo para tudo.
<i>Fascismo hermético</i>	O fascismo é um fenômeno limitado à Itália de 1920 a 1940, dada as idiosincrasias desse período. No máximo, manifestações futuras podem ser denominadas pós-fascistas ou etnonacionalistas.	Destaca a necessidade de compreensão do fascismo para diferenciá-lo de movimentos contemporâneos.	Ignora a necessidade de um conceito político genérico para entender a maior invenção política do século XX; ignora que qualquer conceito político se reinventa conforme se desloca de sua manifestação original.
<i>Liberal</i>	O fascismo e o comunismo são extremos que se tocam, a intervenção estatal na economia acaba por degenerar em um dos dois.	—	Utiliza fascismo/populismo como método para criticar qualquer alternativa ao liberalismo, banalizam o termo ao colocá-lo como sinônimo de comunismo.
<i>Fascismo etapista (Robert Paxton)</i>	O fascismo é a maior invenção política do século XX, razão pela qual se decorre a necessidade de um conceito genérico, sempre com a ciência de que movimentos contemporâneos não serão absolutamente iguais ao fascismo.	Entende o movimento como inerente às democracias contemporâneas, um <i>doppelgänger</i> da democracia liberal que se propaga por cinco estágios.	—

Fonte: elaborado pelo autor.

É preciso ressaltar que essas correntes interpretativas não são necessariamente excludentes entre si. A visão do fascismo hermético, por exemplo, pode ser absorvida pela visão marxista ou liberal. São apenas destaques sobre aspectos mais relevantes dessas propostas. Da mesma forma,

a visão psicanalítica sobre o fascismo, cujo nome de maior relevância é o psicanalista austríaco Wilhelm Reich, pode ser absorvida pelas outras. Há fragmentos das correntes marxista e liberal que podem ser absorvidas pela interpretação de Paxton, e assim em diante.

Este trabalho começou com uma parábola com uma peça austríaca e terminará essa seção com uma ficção alemã. O romance de Timur Vermes, *Ele está de volta*, traz Hitler literalmente de volta aos vivos. Ainda que seja o mesmo, ainda que nada tenha mudado em si, a população, o *establishment* político, a mídia, todos o interpretam por comediante. Embora seus discursos anacrônicos sejam idênticos a 1933, ninguém acredita que aquele seja de fato Hitler. O livro termina com Hitler recebendo convites de vários partidos e afirmando que é possível trabalhar novamente com “aquele material”, isto é, o ressentimento da população. A parábola é clara: não identificar o fascismo em seus estágios iniciais o ajuda a crescer.

REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, M. *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Planeta, 2018.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1978.

BERNHARD, T. *Praça dos heróis*. São Paulo: Editora Temporal, 2020.

BLUMENBERG, H. *Teoria da não-conceitualidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRAY, M. *Antifa: o manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CRUZ, M. B. da. *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

DHAL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ECO, U. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018. p. 43.

FELICE, R. de. *Explicar o fascismo*. Edições 70: Lisboa, 1976.

FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACLAU, E. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAISTRE, J. de. *Considerations on France*. London: McGill-Queen's University Press, 1974.

MANN, M. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MESQUITA, R. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em ciência política e relações internacionais: uma introdução didática. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 26, n. 2, 2017.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade: sujeição das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, n.3, out. 2003.

MUSSOLINI, B. *The political and social doctrine of fascism*. 1932. Acesso em: 9 jul. 2021. Disponível em: <https://www.sjsu.edu/people/cynthia.rostankowski/courses/HUM2BS14/s0/The-Doctrine-of-Fascism.pdf>.

ORWELL, G. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PACHUKANIS, E. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

PARETO, V. *Manual of political economy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAXTON, R. The five stages of fascism. *The Journal of Modern History*, v. 70, n. 1, mar. 1998.

RAWLS, J. *O liberalismo político*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

REIS, G. S. Pela democracia, precisamos jogar fora o termo 'populismo'. *La Libertad de Pluma*. Acesso em: 19 set. 2020. Disponível em: <http://lalibertaddepluma.org/guilhermesimo-es-reis-por-la-democracia-necesitamos-echar-el-termino-populismo-a-la-basura/>.

RIEMEN, R. Fascism is once more at our doors, and we still refuse to see and treat it by its name: an interview with Cultural Philosopher Rob Riemen. Entrevista concedida a Sergio Schargel. *Revista Cantareira*, n. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40711>.

RIEMEN, R. *O eterno retorno do fascismo*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOREL, G. *Reflections on violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SUNSTEIN, C. (org.). *Can it happen here? Authoritarianism in America*. Harper Collins: New York, 2018.

VERMES, T. *Ele está de volta*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

Recebido em: 17/08/2022 – Aprovado em: 20/12/2022